

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2014

Pacote não diminui o risco de racionamento

» SÍLVIO RIBAS

O receio do governo de que as turbulências no setor elétrico fossem percebidas pelas agências de classificação de risco está se confirmando, mesmo após o anúncio do pacote de R\$ 12 bilhões para socorrer as distribuidoras de energia, apresentado semana passada. Ontem, a Fitch Ratings avaliou que as medidas foram um sinal de aumento do risco regulatório, além de serem vistas como uma reação artificial para contornar um quadro de dificuldades.

A solução encontrada envolve um aporte de R\$ 4 bilhões do Tesouro na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a serem cobertos por impostos, e a captação de R\$ 8 bilhões em empréstimos bancários via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além de um leilão especial de energia nova, previsto para 25 de abril próximo.

"Apesar de serem positivas para as necessidades de caixa das concessionárias, essas novas medidas sinalizam um aumento do intervencionismo no setor, que

vai levar ao crescimento das dívidas para o governo e a uma pressão tarifária nos próximos anos", ressaltou nota da Fitch. Os novos recursos se somam aos R\$ 9 bilhões já previstos no Orçamento deste ano e servirão para aliviar as distribuidoras, forçadas a comprar energia cara a curto prazo e pressionadas pelo uso generalizado de termelétricas, de geração bem mais onerosa.

Desafio

Para Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, as reações do governo deixaram claro o quadro de emergência do setor e a necessidade de recursos das concessionárias de distribuição para honrar os contratos mensais. "A resposta dada parece também ter definido o modelo a ser adotado no futuro, caso os recursos definidos até agora continuem sendo insuficientes", alertou.

Em paralelo, o mercado continua elevando as apostas no racionamento de energia este ano, em razão do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Os

Gladyston Rodrigues/EM/D.A Press - 5/2/14



Nível de reservatórios, como o de Três Marias (MG), continua crítico. Fitch diz que medidas do governo são artificiais e agravam os problemas

analistas do BTG Pactual Carlos Sequeira e Antonio Junqueira afirmaram, em relatório divulgado ontem, que o armazenamento das represas pode cair a 14% em novembro. A previsão se baseia em estimativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para chuvas em março e do insti-

tuto Somar para o resto do ano.

O ONS estima que o nível médio dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste terminará o mês em 38,2%, uma melhora em relação aos 35,86% atuais. O nível esperado ainda é baixo para o período e, caso se confirme, estaria só 3,67 pontos percentuais acima

do de março de 2001, ano do racionamento de energia. O ONS também informou que, devido à cheia histórica do Rio Madeira, a Hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia, permanece desligada.

"Operar o sistema com reservatórios abaixo de 20% pode ser desafiador. Nesse cenário, algum

tipo de racionamento pode ser considerado prudente de maio a outubro", sublinharam os técnicos do BTG Pactual, do banqueiro André Esteves. Mas os especialistas acreditam que o governo tentará evitar a medida radical, pelo menos até as eleições de outubro, a menos que não tenha alternativa.

O receio do governo de que as turbulências no setor elétrico fossem percebidas pelas agências de classificação de risco está se confirmando, mesmo após o anúncio do pacote de R\$ 12 bilhões para socorrer as distribuidoras de energia, apresentado semana passada. Ontem, a Fitch Ratings avaliou que as medidas foram um sinal de aumento do risco regulatório, além de serem vistas como uma reação artificial para contornar um quadro de dificuldades.

A solução encontrada envolve um aporte de R\$ 4 bilhões do Tesouro na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a serem cobertos por impostos, e a captação de R\$ 8 bilhões em empréstimos bancários via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além de um leilão especial de energia nova, previsto para 25 de abril próximo.

"Apesar de serem positivas para as necessidades de caixa das concessionárias, essas novas medidas sinalizam um aumento do intervencionismo no setor, que vai levar ao crescimento das dívidas para o governo e a uma pressão tarifária nos próximos anos", ressaltou nota da Fitch. Os novos recursos se somam aos R\$ 9 bilhões já previstos no Orçamento deste ano e servirão para aliviar as

distribuidoras, forçadas a comprar energia cara a curto prazo e pressionadas pelo uso generalizado de termelétricas, de geração bem mais onerosa.

Desafio

Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, as reações do governo deixaram claro o quadro de emergência do setor e a necessidade de recursos das concessionárias de distribuição para honrar os contratos mensais. "A resposta dada parece também ter definido o modelo a ser adotado no futuro, caso os recursos definidos até agora continuem sendo insuficientes", alertou.

Em paralelo, o mercado continua elevando as apostas no racionamento de energia este ano, em razão do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Os analistas do BTG Pactual Carlos Sequeira e Antonio Junqueira afirmaram, em relatório divulgado ontem, que o armazenamento das represas pode cair a 14% em novembro. A previsão se baseia em estimativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para chuvas em março e do instituto Somar para o resto do ano.

O ONS estima que o nível médio dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste terminará o mês em 38,2%, uma melhora em relação aos 35,86% atuais. O nível esperado ainda é baixo para o período e, caso se confirme, estaria só 3,67 pontos percentuais acima do de março de 2001, ano do racionamento de energia. O ONS também informou que, devido à cheia histórica do Rio Madeira, a Hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia, permanece desligada.

"Operar o sistema com reservatórios abaixo de 20% pode ser desafiador. Nesse cenário, algum tipo de racionamento pode ser considerado prudente de maio a outubro", sublinharam os técnicos do BTG Pactual, do banqueiro André Esteves. Mas os especialistas acreditam que o governo tentará evitar a medida radical, pelo menos até as eleições de outubro, a menos que não tenha alternativa.